

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Piso salarial, Previdência e quebradeira municipal - RAUL VELLOSO..... 2

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Com juro real alto, fundos de pensão têm a menor alocação em ações na história..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Longevidade e mudanças no trabalho desafiam setor..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

CNPS vai retomar debate de consignado..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação internacional e federalismo (Artigo)..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária favorece quem empreende, dizAppy - LU AIKO OTTA..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com rigor fiscal, governo colherá trunfos políticos e econômicos (Editorial)..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Políticas industriais prometem aumentar a competitividade global da indústria brasileira
..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Estimular o potencial exportador dos micro..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Chegou a hora de levar a sério revisão estrutural de gastos", diz Tebet..... 17

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sinais ambíguos de Lula trazem prejuízo à economia (Editorial)..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Emprego e renda põem à prova eficácia da política monetária..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Segunda queda seguida do Monitor do PIB não preocupa, diz economista..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Pressão do exterior leva dólar ao maior nível em dois meses..... 23

Piso salarial, Previdência e quebradeira municipal - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Ao se aproximarem as eleições de 2024, a situação financeira dos municípios havia se deteriorado bastante, devido aos gigantescos déficits previdenciários vigentes e a reajustes concedidos ao piso dos professores.

Atualmente, 2.118 municípios, incluindo as capitais, têm Regimes Próprios de Previdência (RPPS), mas apenas um terço implementou a reforma da vez. Por isso mesmo é que o déficit atuarial dos RPPS municipais soma hoje não menos que R\$ 1,1 trilhão.

E que a iniciativa da EC 103/19, de conferir autonomia aos municípios para equilibrarem seus regimes previdenciários a partir da reforma de benefícios não vingou.

Nesse sentido, merece aplausos a aprovação pelo Senado da PEC 66/23, que equiparou as regras de benefícios dos servidores municipais e estaduais às da União. Essa medida tem o potencial de reduzir o déficit atuarial municipal em cerca de R\$ 300 bilhões.

A PEC também trata de outros temas e, não por acaso, tem sido considerada a PEC da Sustentabilidade Fiscal dos municípios.

Resta agora à Câmara ratificar o texto aprovado pelo Senado.

Um município de peso que hoje se destaca em termos de responsabilidade previdenciária é São Paulo, que aprovou ampla e efetiva reforma das regras de benefícios e do custeio da previdência.

Foi criado um regime de capitalização que garante, de um lado, que no futuro haverá recursos para pagar as aposentadorias dos servidores e suas pensões, e, de outro, que o município não precisará mais cobrir as insuficiências financeiras da previdência. Aliás, essa insuficiência já caiu para menos da metade do que era em 2021, último ano antes da implementação da reforma previdenciária. O déficit atuarial que era de R\$ 170 bilhões caiu para R\$ 78 bilhões em 2024.

Todavia, o STF está julgando 13 ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas contra a Emenda Constitucional 103, de 2019, por diversas entidades

representativas de servidores e magistrados, membros do ministério público e pelo PT. O resultado do julgamento será proferido após o voto do ministro Gilmar Mendes.

Em função de todas essas mudanças constitucionais e legais, bem como da fiscalização pelo Ministério da **Previdência Social** (MPS) e pelos tribunais de contas, praticamente todos os RPPS municipais são hoje capitalizados e implementaram planos de equacionamento dos déficits atuariais. Grande parte desses planos são mediante alíquotas suplementares patronais pelo prazo de 35 anos, de acordo com a regulamentação do MPS. Na média, essas alíquotas suplementares à alíquota patronal normal, estão em 16%. Porém em entes com déficits maiores chega-se ao extremo de alíquotas suplementares de 112,21%.

Todos os anos são feitas novas avaliações atuariais. Surgindo novos déficits, os respectivos planos de amortização devem ser refeitos, em geral mediante a ampliação das alíquotas suplementares patronais.

Caso o STF mantenha a tendência de considerar inconstitucionais importantes pontos do custeio dos RPPS, grande número de entes apresentará na sua próxima avaliação atuarial déficits significativos que deverão levar a uma substancial elevação nas suas alíquotas suplementares, ampliando ainda mais o peso da previdência sobre entes já combatidos em relação à sua sustentabilidade fiscal.

Isso colocará em sério risco todo o esforço feito nos últimos 25 anos para capitalizar e trazer equilíbrio financeiro e atuarial aos RPPS municipais, princípio esse já consolidado na Constituição.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6548/16-10-2024.html?all=1>

Com juro real alto, fundos de pensão têm a menor alocação em ações na história

Gabriel Roca, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Os fundos de pensão, instituições que desempenham um papel importante de investimento de longo prazo nas empresas ao redor do mundo, têm diminuído, ano após ano, a sua alocação em renda variável no Brasil. Em meio aos juros reais de longo prazo elevados e que superam com folga as metas atuariais de boa parte das fundações, a exposição desses investidores em ações no país caiu às mínimas históricas no mês de junho, segundo os dados mais recentes divulgados pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp).

A parcela alocada em renda variável dos fundos fechados de previdência caiu para 10,4% no mês de junho de 2024, o menor patamar da série histórica compilada pela Abrapp, que teve início em 2006. Em 2009, esse nível alcançou a máxima, de 33,3% e, desde então, vem exibindo retração.

Segundo participantes do mercado consultados pelo Valor, com as taxas de juros reais de longo prazo, extraídas das NTN-Bs (títulos indexados à **inflação**), acima dos 6,5%, há pouquíssimo apetite por aumentar os riscos da carteira. Isso porque, segundo a Abrapp, uma estimativa média das metas atuariais - o nível de rentabilidade necessário para garantir o equilíbrio das contas e o pagamento das aposentadorias no futuro - de seus associados gira em torno dos 4,5% mais o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O gerente-executivo de ativos líquidos da Fapes, Flavio Kac, afirma que a entidade trabalha hoje com uma exposição em renda variável menor do que a recomendada na carteira de referência que foi desenhada para o ano de 2024. E, para 2025, ainda deve acontecer uma redução da ordem de 20% na exposição ao mercado acionário.

"Temos atualmente uma menor exposição em renda variável frente à que é sugerida na nossa carteira de referência e ano que vem já temos programada uma redução, que estamos avaliando executar desde já. Dados os prêmios que temos nos juros reais atualmente, com as taxas das NTN-Bs por volta dos 6,5%, fica muito difícil justificar uma alocação maior em renda variável", aponta o profissional.

A decisão de reduzir os níveis de exposição em bolsa sequer tem relação com o início do movimento de alta de juros pelo Banco Central, segundo o executivo. "O aperto da política monetária apenas nos fez acelerar esses ajustes dentro da carteira. Então, sim, existe já uma redução mandatada para o ano que vem, com a qual vamos alinhar a carteira", afirma Kac.

Cenário parecido é traçado pelo diretor da BB Previdência, Ricardo Serone. Segundo ele, havia a perspectiva, no início do ano, de uma exposição maior dos portfólios ao mercado de renda variável. No entanto, as mudanças nas variáveis macroeconômicas do país, com as expectativas de Selic saltando da faixa dos 9% ao fim de 2024 para os 12% atuais, frearam os planos. "Há uma vantagem nos títulos públicos que faz com que a gente bata essa premissa atuarial com um risco bastante menor. Com o nível que as NTN-Bs apresentam hoje, não tem muito jeito na hora de fazer alocação", afirma.

"O que deu início a esse movimento pelo lado dos fundos de pensão foi a alta dos juros. O nível de juros que o Brasil voltou a praticar no passado recente é muito atrativo, até porque ficamos um período com juros reais negativos. Na estratégia de alocação, é mais fácil e responsável alocar na renda fixa com o juro real no nível pago pelo Tesouro hoje, que é muito acima da meta atuarial que muitos fundos têm", diz o diretor de investimentos (CIO) da Vivest, Paulo Werneck.

Segundo ele, a Vivest trabalha com uma alocação mínima em bolsa atualmente, em torno de 5% a 6% do patrimônio. "O investimento em ações, em geral, costuma ser uma aposta no crescimento, mas na bolsa brasileira eu não vejo isso, ainda mais com esses juros reais exorbitantes. Com o dever fiduciário, prefiro ir para a renda fixa e calibrar a carteira por causa dos vencimentos. É uma visão de cenário. Estou com alocação mínima e não pretendo aumentar, porque não estou vendo nenhum crescimento no Brasil nesse segmento", diz.

O pessimismo do CIO da Vivest se estende para outras classes de ativos dados os riscos fiscais elevados neste momento. "Com o CDI do jeito que está e dada a questão fiscal do governo brasileiro, que não tem nos dado muito conforto de que pode melhorar, não tenho comprado títulos públicos.

Estamos ficando com "duration" menor e caixa mais alto do que a minha necessidade mínima. O caixa alto é para explorar o CDI com juros reais de 6% e, além disso, estamos monitorando momentos de distorção, até por entendermos que essa taxa de juros real forte é momentânea. Ela não pode perdurar." O mercado de **previdência complementar** fechada no Brasil tem recursos da ordem de R\$ 1,2 trilhão e é um "bolso" importante para alavancar o mercado acionário. A retração no apetite dessa classe de investidor, nesse sentido, é mais um fator que contribui para a recente falta de dinamismo na bolsa local.

De acordo com um estudo organizado pela Polo Capital com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil aloca 73,9% de todos os seus ativos previdenciários - entre fundos abertos e fechados - em renda fixa, ficando, dentro da OCDE, apenas atrás da República Tcheca, com 81,8%. "A título de comparação, os Estados Unidos concentram apenas 19%, Canadá (26,9%), Coréia do Sul (36,2%), Reino Unido (40,4%) e Alemanha (43,5%) dos seus recursos previdenciários nessa classe de ativo", diz a publicação da gestora.

"Qualquer quantidade de recursos dentro do nosso país que não venha do gasto público vai ajudar. No mundo todo, a indústria dos fundos de pensão e previdência auxilia muito fazendo essa força e alavanca o desenvolvimento. No Brasil, há o desafio de crescer esse sistema. Temos uma reserva que pode ajudar a desenvolver o país e gerar um cenário de ganha-ganha, que seja bom para o Brasil e para a indústria dos fundos de pensão", afirma Serone, da BB Previdência. A escassez de novos recursos é notada pela chefe de relação com investidores da Mantaro Capital, Ana Carolina Friedheim, que afirma que os movimentos de alocação das fundações em fundos de renda variável independentes têm se orientado mais por uma troca de gestoras do que, propriamente, novos investimentos.

"Os movimentos que temos tido, quando falamos do ponto de vista dos gestores independentes, é basicamente o de troca. Como nos últimos anos a indústria tem exibido um período de rentabilidade abaixo do esperado, isso acaba gerando essa movimentação. Temos visto poucos processos de seleção para essa classe e, o que tem, é de troca. Não tem nova alocação ou dinheiro novo em renda variável", afirma.

Ela concorda que o "bolso" das fundações é importante para a renda variável, exatamente por ter uma característica distinta de outros "players" da indústria. "É um capital com uma visão diferente e que opera com um timing diferente, com um prazo um pouco mais longo. É importante em termos de

diversificação e é um player importante dado o seu tamanho", afirma.

Para Friedheim, o nível de alocação em renda variável no mercado é tão baixo em todos os segmentos - seja o das fundações, das pessoas físicas ou dos fundos - que, do ponto de vista da tomada de risco, parece um ponto de entrada com muito pouco a se perder.

"Parece um risco relativamente seguro de se tomar, apesar da volatilidade que a bolsa entrega. Mesmo com esses preços que vemos na bolsa, as empresas estão em uma situação boa, melhorando suas estruturas de capital e gerando caixa. Precisa de pouco para disparar uma melhora porque o que é preciso é um ganho de credibilidade, muito mais do que uma melhora operacional nos resultados das empresas. É mais uma crise de confiança e nos prêmios de risco do que nos fundamentos", afirma.

Na visão de Kac, da Fapes, para que a classe dos fundos de pensão volte a tomar mais risco na renda variável é necessário que os prêmios nos juros reais fiquem menores no Brasil. Nesse sentido, ele acredita que um movimento mais expressivo de fechamento das taxas reais de juros poderia gerar retornos grandes para os participantes que já detêm estes títulos na carteira, o que poderia disparar um aumento da demanda por ações. "Estes participantes não precisariam carregar essas posições "ad aeternum". É possível que um fechamento das taxas motive vendas de parte das carteiras de títulos e que eles voltem a tomar um pouco mais de risco no mercado", avalia Kac.

Segundo Serone, da BB Previdência, o cenário de juros reais bastante elevados, que tem dificultado a alocação das entidades em renda variável, se dá, principalmente, por uma crise de expectativas. "Estamos vivendo mais uma crise de expectativa do que de fundamentos de mercado. Não acredito que seja necessário um fechamento [queda] muito expressivo da curva para vermos um aumento na alocação em bolsa. Acredito que este é um processo que depende muito mais da confiança dos agentes na retomada do crescimento com sustentabilidade".

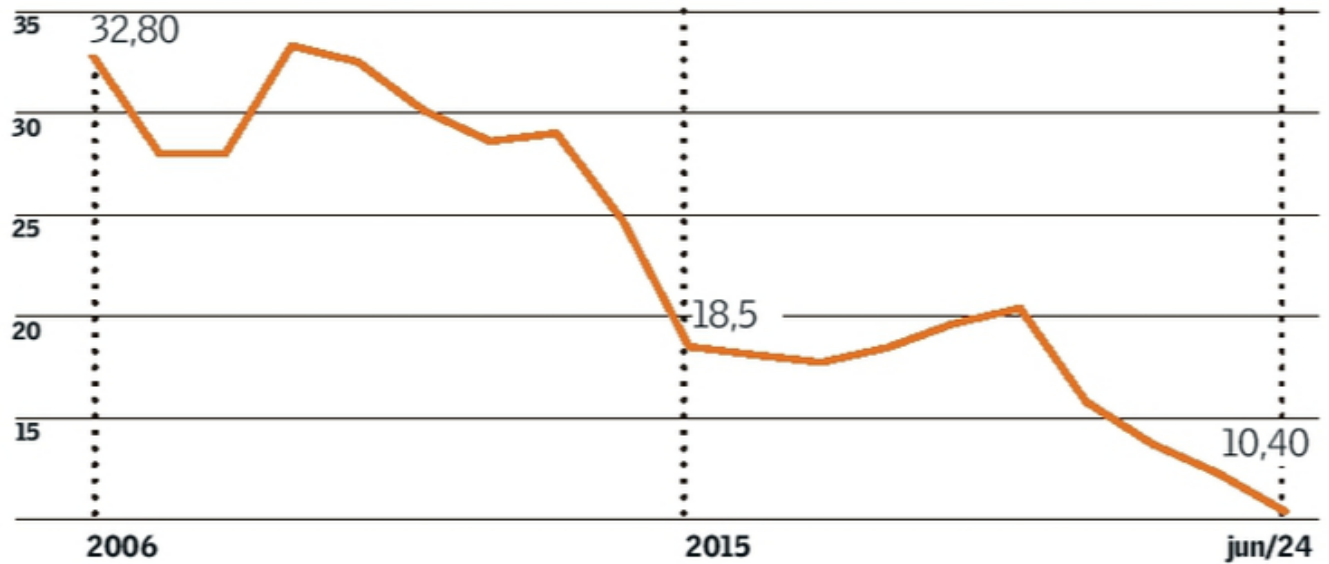
"Nível de juros que o Brasil voltou a praticar no passado recente é muito atrativo" Paulo Werneck

"Não acredito que seja necessária uma queda expressiva dos juros para alocação em bolsa" Ricardo Serone

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014>

Mínima histórica

Juro alto reduz alocação dos fundos de pensão em ações - em %



Fonte: Abrapp

Longevidade e mudanças no trabalho desafiam setor

LianeThedim Do Rio

Os investimentos em renda fixa, principalmente as NTN-Bs, estão garantindo as metas atuariais dos planos de **previdência complementar**, mas o setor enfrenta outros desafios. Entre eles estão o aumento da expectativa de vida da população, com a responsabilidade de garantir o bem-estar dos participantes diante de uma previdência pública insuficiente, as mudanças no mercado de trabalho, com o vínculo empregatício menos presente na nova economia, e o baixo índice de inovação e uso de alta tecnologia pelas operadoras de previdência.

Também a crescente importância da agenda ESG (sigla em inglês para aspectos ambientais, sociais e de governança), conjunto de práticas voltadas à preservação do meio ambiente, à responsabilidade com a sociedade e à transparência na gestão, vem evidenciando a baixa mobilização na área entre os fundos de pensão brasileiros, enquanto fundações europeias e americanas se destacam como líderes da agenda. Os assuntos serão discutidos até sexta em evento do setor.

No radar dos fundos de pensão, estão também oportunidades de investimentos como as novas debêntures de infraestrutura, além de crédito privado, ações no exterior, fluidos imobiliários e mutimercados. São opções de diversificação para ampliar a rentabilidade e proteger os portfólios de investimentos.

Também preocupa as fundações os impactos da **reforma tributária**. Segundo a Abrapp, os fundos de pensão querem elevar a alocação em títulos ligados a projetos de infraestrutura, mas não querem estar expostos a eventuais casos de inadimplência dos emissores. Por isso, vêm negociando para que o BNDES garanta que o rendimento das debêntures do setor seja no mínimo igual ao oferecido pelos títulos públicos - sendo a NTN-B a referência-e assuma os pagamentos em caso de "default". As debêntures de infraestrutura foram criadas em janeiro pelo governo e dão incentivo fiscal ao emissor, diferentemente das incentivadas, que dão isenção de Imposto de Renda (IR) ao investidor pessoa física.

Por terem o cálculo diferenciado do imposto, as debêntures de infraestrutura poderiam oferecer taxas competitivas e atraentes às entidades fechadas de

previdência, que, nos países desenvolvidos, costumam ser os maiores alocadores de recursos no setor.

Em agosto, em reunião com presidentes de fundos de pensão, o presidente Lula discutiu formas para acelerar os investimentos em obras principalmente no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na semana passada, a Abrapp informou que, no primeiro semestre deste ano, os ativos das entidades fechadas de **previdência complementar** (EFPCs) cresceram apenas 0,5%. O total atingiu cerca de R\$ 1,272 trilhão, frente R\$ 1,266 trilhão no fim de 2023. Com isso, como proporção do **PIB**, o montante caiu de 11,7% no ano passado para 11,4%. A entidade atribuiu o baixo desempenho à "queda expressiva da renda variável e ao desempenho insatisfatório da renda fixa", afetada pela alta na curva de juros futuros em junho.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Longevidade e mudanças no trabalho desafiam setor

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014>

CNPS vai retomar debate de consignado

Jéssica SanfAna De Brasília

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou ontem que há um momento de "instabilidade" nas decisões do Banco Central (BC) sobre a taxa Selic, por isso ainda não levou ao Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) uma nova discussão sobre o teto de juros do consignado a beneficiários do **INSS**. Cabe ao CNPS decidir esse teto.

"Estamos há três sessões mantendo as taxas, e agora teve essa decisão do BC que aumentou [a Selic], inclusive na contramão do Fed [o banco central dos EUA] e [do Banco Central] da Europa, os dois diminuíram, o Banco Central [brasileiro] aumentou, então nós estamos ainda num momento de instabilidade, até porque agora foi eleito o novo presidente do BC", disse Lupi, ao ser questionado por um representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) sobre quando o teto do consignado voltaria à pauta do conselho.

Lupi sinalizou que o tema pode entrar em discussão na próxima reunião do CNPS, em meados de novembro. "Acho que a gente tem que discutir já na próxima reunião, avaliado todo esse contexto", disse o ministro, ao se referir ao movimento distinto do BC brasileiro de subir a Selic num momento em que EUA e Europa cortam suas taxas de juros.

O teto do consignado do **INSS** é motivo de embate entre os bancos e o Ministério da **Previdência Social** desde o ano passado. O CNPS aprovou sucessivos cortes na taxa máxima que pode ser cobrada em empréstimos a beneficiários do **INSS**, trazendo esse teto ao menor patamar da série histórica.

As reduções foram propostas pelo Ministério da **Previdência Social**. O argumento da pasta era que o teto deveria acompanhar proporcionalmente as alterações na Selic promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Naquela época, o Copom tinha iniciado uma série de cortes na taxa básica de juros da economia.

Porém, em junho e julho o Copom manteve a Selic inalterada em 10,50% ao ano, e em setembro elevou a taxa básica para 10,75% movimento que não foi acompanhado pelo CNPS.

Atualmente, o teto de juros do crédito consignado do **INSS** é de 1,66% ao mês para operações com desconto em folha e de 2,46% ao mês para operações

por meio de cartão de crédito e cartão consignado. O percentual está em vigor desde junho.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188014>

Tributação internacional e federalismo (Artigo)

Edison Carlos Fernandes

Edison Carlos Fernandes Doutor em Direito pela PUC/SP, é professor da FGV Direito/SP, coordenador do Observatório da **reforma tributária** da FGV Direito/SP e advogado em São Paulo

O clube dos países ricos, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem a Comissão de finanças formada, basicamente, por funcionários da área econômica. O saudoso tributarista luso-brasileiro Alberto Xavier dizia que essa Comissão busca aumentar **tributos** nos seus países e, se possível, no mundo.

Cumprindo a "missão", a OCDE recomendou o imposto mínimo global das multinacionais (Pillar 2 ou GloBe). Com regras complexas, resume-se: num grupo transnacional, cada empresa deve apresentar alíquota efetiva de 15% do lucro; do contrário, a diferença poderá ser tributada pelo país da sua controladora ou de outra empresa do grupo. Sim, o imposto não recolhido em um país poderá sê-lo em outro.

Mira a concorrência fiscal internacional.

Com foco nos paraísos fiscais, a medida atinge incentivos dos emergentes.

No Brasil, impactará a inovação tecnológica (Lei do Bem) e o desenvolvimento regional.

Decisões judiciais expirarão, como a do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre não tributação do crédito presumido de ICMS. Um exemplo atual de Chutando a escada, de Ha- Joon Chang.

Nessa encruzilhada, o governo brasileiro propôs aumentar **tributos**; se o Brasil não alcançar os tais 15%, a diferença será cobrada por outro país. Argumenta-se: que cobre o Brasil.

A Medida Provisória (MP) n.º 1.262 criou o Adicional da CSLL (contribuição sobre lucro), igual à diferença entre 15% e a alíquota efetiva da tributação, conforme cálculos das Regras GloBe. Verificada a "baixa" alíquota efetiva, o ajuste será efetuado por meio da CSLL - lembrando, há dois **tributos** corporativos: a CSLL e o Imposto de Renda (IRPJ).

A CSLL foi escolhida porque as alterações são aplicadas após 90 dias da MP (noventena); no IRPJ, no ano seguinte ao da publicação da lei de conversão da MP (exercício fiscal).

Notem: para a CSLL, vale a MP; para o IRPJ, a MP deve ser convertida em lei. Dessa forma, no entanto, o ajuste do imposto mínimo global se restringe ao governo federal. A arrecadação do IRPJ é repartida entre Estados e municípios; a da CSLL é apenas da União.

Haja vista que para se livrar dessa armadilha é preciso equalizar a tributação, o Congresso Nacional deve assumir urgentemente esta pauta. No trâmite da MP, cumprirá aos governadores e prefeitos batalharem para que o adicional da CSLL seja substituído por um novo adicional do IRPJ, garantindo a distribuição dos recursos na Federação.

Para valer em 2025, a MP precisa ser convertida em lei até 31 de dezembro de 2024. Creio que essa urgência interessa aos Poderes Executivos, Federal, Estaduais e municipais, e ao Poder Legislativo.

Cumprindo a "missão", a OCDE recomendou o imposto mínimo global das multinacionais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributária favorece quem empreende, diz Appy - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

E-mail lu.aiko@valor.com.br

O novo sistema de **impostos** sobre o consumo vai favorecer o empreendedorismo, disse à coluna o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy. Um de seus efeitos será igualar o jogo da concorrência entre empresas, ao reduzir a quantidade de tratamentos específicos que hoje privilegiam setores com maior poder de pressão política.

"Quando o sistema se torna mais neutro, os mais eficientes são favorecidos", comentou. "E o estímulo à eficiência é positivo para o empreendedorismo."

O sistema tributário que se consolidou nas últimas quatro décadas abriu espaço para uma miríade de incentivos fiscais. "Hoje, às vezes é mais importante ter capacidade de negociação de um bom benefício fiscal do que ser eficiente", disse o secretário. As empresas maiores também se beneficiam de planejamento tributário, algo fora do alcance das micro e pequenas, acrescentou.

Essa mudança no ambiente competitivo, porém, não ocorrerá de uma hora para outra. É um processo, explicou Appy. O novo sistema entrará em funcionamento aos poucos, começando com uma fase de testes em 2026, seguida por uma implementação gradual a partir de 2027 até 2033.

A **reforma tributária**, além disso, não eliminou totalmente os tratamentos diferenciados. Se não houvesse exceção alguma à regra geral, a soma das alíquotas da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), criados na reforma, seria 21,5%. Por causa das exceções, a alíquota-padrão está no momento em 27,97%, pelos cálculos do Ministério da Fazenda.

Além de aplainar o terreno da concorrência, a reforma vai trazer novas opções de tributação para as micro, pequenas e médias empresas, apontou Melina Rocha, consultora internacional em Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e integrante do Núcleo de Estudos

Fiscais da Fundação Getúlio Vargas.

As empresas do Simples Nacional poderão optar por aderir ou não ao novo sistema. Existirá a possibilidade de recolher IBS e CBS pelo modelo novo e os demais **tributos** no sistema simplificado atual.

"A reforma é positiva porque traz todas as opções para o empreendedor", disse. "Ele pode fazer os cálculos para ver qual regime vai usar."

Foi também criada a figura do nanoempreendedor, que não precisará pagar os novos **tributos**. Vários países possuem instrumento semelhante. Aqui, o nanoempreendedor será aquele que fatura até R\$ 3.375 por mês e não é microempreendedor individual (MEI).

No entendimento de Rocha, o sistema regular do IBS e CBS é favorável até mesmo para os nanoempreendedores.

Por não serem obrigados a recolher o IBS e a CBS nas suas vendas, esses empresários podem ficar com a impressão que não são tributados. Mas é uma impressão falsa, disse. Os nanoempreendedores pagarão IBS e CBS quando adquirirem insumos para sua produção. Porém, por estarem fora do sistema, não poderão recuperar os **tributos** pagos na forma de crédito. Um concorrente que esteja no sistema poderá fazê-lo.

De forma semelhante, as empresas que ficarem no Simples não poderão tomar crédito tributário sobre

insumos adquiridos. Além disso, o crédito que elas gerarão a seus clientes será mais baixo, pois a alíquota no sistema simplificado é menor. Por outro lado, se estiverem no sistema regular, elas e seus clientes poderão tomar crédito tributário.

Rocha contou que, mundo afora, empresas muito pequenas foram dispensadas de pagar o IVA por dois motivos: facilitar a formalização e diminuir custos de conformidade.

Aqui no Brasil, porém, o novo sistema tributário terá uma base altamente tecnológica. A ideia é que seja bastante fácil de lidar, inclusive para os nano.

A apuração e declaração dos **impostos** será automática. O contribuinte receberá a declaração pré-preenchida. Haverá um sistema de recolhimento automático dos **tributos**, o "split payment". A única obrigação do contribuinte será emitir a nota fiscal eletrônica, algo que as empresas do Simples já fazem atualmente.

A **reforma tributária** tem ainda um viés de empreendedorismo ao estimular a inovação, acrescentou Rocha. "Quando

uma startup está no início das atividades, elas têm mais despesas em equipamento, em pesquisa e desenvolvimento e geralmente não têm nenhuma saída, nenhuma operação tributária", disse. "A reforma garante que todo o IBS, mesmo em fase pré-operacional, de investimento, ou na fase em que a empresa está com mais despesas, poderá ser recuperado como crédito."

No momento, o Congresso Nacional discute dois Projetos de Lei Complementar (PLPs) que detalham o funcionamento do novo sistema tributário sobre o consumo (PLP 68) e o comitê gestor (PLP 108) que o administrará.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do PLP 68, pretende concluir o texto para que seja votado no plenário até o início de dezembro. Depois disso, o texto será submetido à Câmara dos Deputados. Há coordenação entre as duas casas legislativas para concluir a tramitação ainda este ano.

Pode não parecer, mas a **reforma tributária** tem muito a ver com o empreendedorismo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014?page=1§ion=1>

Com rigor fiscal, governo colherá trunfos políticos e econômicos (Editorial)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou a saída para o rápido endividamento fiscal: sem conter as despesas o novo regime não para em pé. A descrença nas regras fiscais levou os investidores a apostarem em juros futuros cada vez mais - até 13,5% diante de uma inflação de 4,5%.

Há crescimento robusto, mas à custa de estímulos que tornam a inflação mais resistente, o real mais depreciado e o déficit fiscal bem maior do que o previsto no início do governo Lula. "Temos agora que resolver a reestruturação da despesa. Isso vem na frente de qualquer coisa", disse Haddad (Folha de S. Paulo, ontem), em atitude promissora que visa a retirar o regime fiscal da zona de incredulidade.

A ordem dos fatores foi alterada. A preparação de uma mal planejada e inconveniente isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil foi adiada até segunda ordem, provavelmente para 2025. A insistência na mudança pelo presidente Lula provocou nova rodada de desconfiança dos mercados sobre a solidez do regime fiscal e novo disparo dos juros e do dólar. Haddad, com bom senso, e sem entrar no mérito da proposta - para a qual sua equipe estuda um leque de alternativas -, parece ter convencido o presidente de que a política econômica tem uma outra sequência necessária de passos. Antes de mexer na tributação da renda, é necessário que a tributação do consumo, via reforma tributária, nas mãos do Senado, seja aprovada.

Tudo indica que Haddad percebeu o que a burocracia do Planalto, e Lula com ela, não se deram conta, ou desdenham. Os gastos obrigatórios estão crescendo muito além do previsto, como já fora alertado pela Fazenda e pelo Planejamento, e o governo pode entrar em um apagão em 2027, ou antes. Se a perspectiva política do presidente é a de se reeleger, de nada servirá legar a si próprio uma bomba fiscal - aliás, duas. O próximo governo estreará com a obrigação de os precatórios voltarem a contar para a meta fiscal, uma carga de mais de R\$ 40 bilhões anuais que hoje está fora dela. A trajetória fiscal, como os mercados sinalizam, é insustentável, embora o limiar da insolvência esteja ainda a uma boa distância.

Em entrevista, Haddad sugeriu que o presidente "conhece o contexto e está atento" ao que a equipe econômica anda elaborando para revisão de gastos.

De forma imediata, a correção das despesas com o Benefício de Prestação Continuada, o abono salarial e o seguro-desemprego, que acompanham a variação do salário mínimo acima da inflação, pressiona o regime fiscal e tende a inviabilizar a obtenção da meta. Como são despesas obrigatórias, empurram as discricionárias, onde entram custeio e investimentos, para uma contração absoluta ao longo do tempo, com o potencial de paralisar a máquina federal.

Essa é a uma das maiores inconsistências do novo regime, mas não a única. É, porém, a mais fácil de ser resolvida, porque basta uma decisão política para modificá-la. Não há impedimento constitucional para desvincular essas despesas do salário mínimo, e muito menos para readequá-las a um arranjo melhor para as contas públicas. Há uma sobreposição ineficaz e custosa de mecanismos destinados a amparar o desempregado, em especial o seguro, que, paradoxalmente, tanto mais cresce quanto maior é o nível de ocupação.

A dificuldade política é gigantesca em relação à mudança na maior despesa da União, a com aposentadorias e pensões, cujo piso, vinculado ao salário mínimo, tem apoio constitucional, e removê-la poderia levar a uma batalha judicial de anos, com perspectiva bastante duvidosa de vitória para a União. Seria mais fácil retirar a correção real do salário mínimo pela evolução do **PIB** de dois anos anteriores, mas essa parece ser uma marca registrada dos governos Lula da qual o presidente não demonstra interesse em abdicar, apesar de ser um dos fatores mais relevantes para o avanço dos gastos obrigatórios.

Outra questão difícil de resolver, mas que precisa ser equacionada, pois contradiz a lógica do regime fiscal, é a indexação dos gastos de saúde e educação à evolução das receitas líquidas - isto é, quanto maior a arrecadação, mais crescerão as despesas com esses setores. A vinculação também é constitucional, e modificá-la exigirá grande costura política, supondo que o presidente Lula queira fazer esse esforço, algo que até agora não demonstrou.

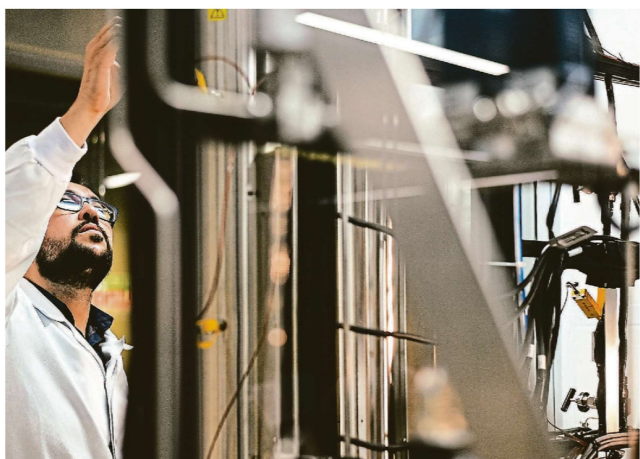
O ministro da Fazenda não desistirá de buscar mais receitas para a União, mas a ênfase agora, pelo menos na intenção, é conter despesas, o flanco vulnerável do ajuste fiscal. Haddad reconheceu como

legítima a preocupação com o avanço das despesas, e a intenção de revisar os gastos ganhou prioridade e vai na direção certa. Se de alguma forma as despesas obrigatórias forem desaceleradas, as contas públicas poderão apresentar superávit primário em curto prazo, como o governo previu quando o novo regime fiscal foi concebido. Haddad terá de convencer o presidente e o núcleo palaciano de que essa é a coisa certa a fazer, e que as recompensas - queda dos juros, desafogo fiscal, maior crescimento e a obtenção do grau de investimento pelas agências de rating da dívida - permitirão ao governo colher trunfos políticos e econômicos. Não é certo que consiga.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014?page=1§ion=1)**

Políticas industriais prometem aumentar a competitividade global da indústria brasileira



Governo federal pretende transformar digitalmente 25% das indústrias até 2026 e 50% até 2033

CONTEÚDO PATROCINADO POR SENAI SESI CNI

A indústria brasileira hoje é responsável por cerca de 25,5% do **PIB** e emprega mais de 11 milhões de trabalhadores. Cada real gerado pelo segmento tem um efeito multiplicador, produzindo R\$ 2,44 na economia nacional, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Atualmente, 66,8% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento vêm do setor, que também responde por 66,6% das exportações de bens e serviços. Por isso, o presidente da CNI, Ricardo Alban, destaca que a adoção de políticas públicas focadas na renovação do segmento, como o Nova Indústria Brasil (NIB), é fundamental.

Lançado em janeiro, o novo programa brasileiro de política industrial tem iniciativas que buscam desenvolver o setor no país nos próximos dez anos e marca parceria entre governo e setor privado.

"O Brasil é uma potência agroindustrial porque compreendeu, como política de Estado, que investir em inovação e tecnologia é o caminho para promover o desenvolvimento de um setor econômico como um todo. Tal como a que tornou o Brasil a grande referência do agronegócio, a Nova Política vai no mesmo sentido, mas com o foco na indústria, de forma transversal e com programas e ações direcionados aos desafios postos pelo cenário atual, econômico, ambiental e geopolítico", observa Alban.

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, afirma que foram investidos

recursos públicos e privados no valor de R\$ 201,3 bilhões em inovação na indústria, além de R\$ 2 bilhões no programa Brasil Mais Produtivo, para modernização digital de micro, pequenas e médias empresas.

O governo tem metas ambiciosas. Pretende transformar digitalmente 25% das indústrias brasileiras até 2026 e 50% até 2033, preparando-as para competir de maneira mais eficiente no cenário global.

CEO da Tupy, multinacional brasileira do ramo da metalurgia, Fernando Rizzo destaca que a abundância de minerais no Brasil, aliada à disponibilidade de energia limpa, representa uma oportunidade para expandir exportações e criar empregos qualificados. Para isso, no entanto, é necessário oferecer condições adequadas de **tributos** e logística.

Até agosto de 2024, o BNDES aprovou R\$ 144 bilhões em financiamento no âmbito do Nova Indústria Brasil, representando mais de 57% do montante previsto.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Rafael Lucchesi, diz que o Brasil precisa ficar alerta para o fato de que as grandes potências estão investindo recursos significativos para se manterem competitivas e se adaptarem às tendências atuais.

"O Brasil tem uma grande oportunidade, mas precisa de um posicionamento assertivo. Não podemos assistir à corrida global sem fazer nada. É fundamental que o Brasil invista em modernização e infra-estrutura, criando um ambiente de negócios mais favorável para a indústria", ressalta Lucchesi.

Representantes da indústria são unânimes em afirmar que o caminho para o crescimento econômico passa pelo fortalecimento da indústria e pela neoindustrialização. A expectativa é que o segmento passe por uma verdadeira revolução nos próximos nove anos.

"O mundo assiste a uma corrida global, que constrói as novas bases da indústria mundial, com iniciativas ligadas a descarbonização, transformação digital, saúde, infraestruturas urbanas, econômicas e digitais. Nesse contexto, há uma oportunidade histórica para o Brasil criar competências produtivas e tecnológicas para produzir e exportar mais produtos de maior valor

agregado", afirma Lucchesi.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014?page=1§ion=1)**

Estimular o potencial exportador dos micro

» **FERNANDA STRICKLAND**

O potencial exportador dos médios, pequenos e microempreendedores foi tema do encontro promovido, ontem, pela Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), em Brasília. O "DF para o mundo" buscou estimular empreendedores a levar seus produtos para outros países. "O Distrito Federal não nasceu para ser apenas uma capital burocrática do país. Nasceu para dar horizonte ao Brasil, para puxar, modernizar e integrar o país. Esse, acredito, é o nosso grande desafio ao pensarmos em qualquer iniciativa aqui no DF", afirmou, no evento, o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDi), Ricardo Cappelli.

Ele destacou que cerca de 200 mil empreendedores em todo o país são atendidos por programas do governo federal, sendo 93 mil deles com atendimentos presenciais personalizados.

Citou o Brasil Mais Produtivo, fruto da parceria entre ABDi, Senai, Sebrae e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Cappelli citou ainda o programa Acredita, que abre crédito para empreendedor, médio, pequeno, micro, e o Microempreendedor Individual (MEI). "É crédito subsidiado, um crédito diferenciado para aquelas pessoas que estão no Cadastro Único (CadÚnico) e querem empreender pela primeira vez", disse.

Segundo ele, a proposta é fornecer os recursos financeiros necessários para que novos empreendedores possam começar seus negócios com mais segurança. Segundo o presidente da ABDi, é preciso acreditar no empreendedor e dar a ele as ferramentas necessárias para seu sucesso. Para Cappelli, esses programas reforçam o compromisso do governo em fomentar o crescimento econômico e dar suporte a quem deseja transformar suas ideias em negócios viáveis.

Potencial O presidente da ABDi estimulou empresários a expandirem seus negócios para o mercado internacional, por meio do Programa DF Exporta Mais. "Nós temos, em nosso site, todo um processo que orienta e auxilia os empresários a fazerem uma autoavaliação do seu grau de maturidade digital, do seu grau de maturidade produtiva, porque é fundamental isso, sem isso você não vai conseguir exportar. E a gente tem um corpo de consultores de

técnicos na ABDi que, agora na segunda fase, está à disposição do programa junto com a ApexBrasil, para fazer consultorias específicas junto aos empreendedores que desejem esse apoio", explicou Cappelli. Localização O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, lembrou que o objetivo da agência é inserir o produto brasileiro no mercado exterior, com uma atuação em todos os estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal. "A ApexBrasil busca ter um olhar para onde achamos que tem um potencial grande e que ele não está sendo trabalhado de forma adequada.

Nesse aspecto, nós identificamos a Amazônia, o Nordeste e Brasília.

O DF tem, talvez, o maior e melhor potencial para se inserir fortemente no fluxo de comércio do exterior, por conta da localização, infraestrutura e potenciais que aqui tem", afirmou.

"O Centro-Oeste está chegando perto de 60 bilhões de dólares de exportações e o DF ainda não chegou aos 400 milhões de dólares", observou Viana. "Não é possível que Brasília tenha uma participação de 30% do Produto Interno Bruto (**PIB**) de participação do Centro Oeste, e na hora das exportações, a participação seja 0,7%. Isso não é um problema, é uma oportunidade", completou.

A ABDI lançou, na ocasião, a plataforma Jornada da Produtividade, ferramenta voltada para aumentar a competitividade das indústrias do DF.

-

DF possui 96 exportadoras

Estudo realizado pela Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e divulgado, em primeira mão, pelo Correio, mapeou oportunidades de exportações e investimento direto no Distrito Federal.

Os dados mostram que Brasília tem menos de uma centena de empresas exportadoras. Elas somam, atualmente, 96.

Segundo o gerente de Inteligência de Mercado da ApexBrasil, Igor Celeste, o estudo tem o objetivo de entender onde estão os focos de oportunidades de exportação, a partir da região, e atrair mais investimento estrangeiro para a economia do Distrito

Federal.

"A primeira, é que Brasília ainda não tem uma centena de empresas exportadoras, são apenas 96 empresas. Para você ter uma ideia de comparação, hoje o Brasil tem quase 30 mil empresas exportadoras de bens para o mundo, então a gente acredita que existe um grande potencial vendo inclusive com os nossos parceiros", disse Celeste ao Correio.

De acordo com a pesquisa, os principais grupos de produtos exportados pelo Distrito Federal são carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (38,2%); soja (37,0%); e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (10,3%).

"O que a gente percebe é que existe uma pujança muito grande de vários segmentos industriais de serviços na região, e que ela precisa ser mostrada para o mundo e essa internacionalização precisa acontecer e tem grande potencial para isso. Mas a exportação hoje do DF é muito concentrada. Então praticamente 90% das exportações são concentradas em 4 produtos.

Então nós temos a soja, carne de aves, petróleo refinado e os preparados de carne que concentram as vendas no grosso do valor exportado pelo DF", disse Celeste.

Segundo o gerente de Inteligência de Mercado, existe um grande esforço de diversificação desses segmentos que são concentrados.

"A gente precisa levar mais produtos a mais países. Hoje por conta da característica da pauta do Distrito Federal quase 50% das vendas são para dois destinos, a China com quase 1/3 e a Arabia Saudita.

Os mercados asiáticos como um todo também puxam muito desta importação. Nós acreditamos que há um esforço de diversificar os países", explicou.

A pesquisa será publicada na íntegra, hoje, pela ApexBrasil.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6548/16-10-2024.html?all=1>

"Chegou a hora de levar a sério revisão estrutural de gastos", diz Tebet

GIORDANNA NEVES AMANDA PUPO

Em meio à pressão do mercado financeiro por cortes de despesas, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ontem que chegou a hora de "levar a sério" a revisão estrutural de gastos.

Pessoas que acompanham os estudos dizem que a equipe econômica mira um corte entre R\$ 30 bilhões e R\$ 50 bilhões no próximo ano. A cifra foi antecipada pelo jornal O Globo e confirmada pelo Estadão/Broadcast.

Tebet garantiu que as regras do arcabouço fiscal serão mantidas, mas avaliou não ser mais viável promover um ajuste nas contas públicas apenas pela ótica da receita. A declaração foi dada a jornalistas após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"O Brasil já fez o dever de casa, o governo, o Congresso, do lado da receita. Não é possível mais apenas sob a ótica da receita resolver o problema fiscal no Brasil. Nós temos o arcabouço que está de pé e vai se manter de pé. Não há nenhuma sinalização de fazer qualquer tipo de alteração.

Consequentemente, é preciso que o Brasil caiba dentro do Orçamento brasileiro, dentro desse arcabouço", disse ele.

Apesar disso, ela voltou a dizer que, nesta agenda, alguns debates continuam interditados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como a mudança na política de valorização do salário mínimo. "Salário mínimo valorizado, isso não se discute.

Vai haver sempre a valorização do salário mínimo. Portanto, salário mínimo crescendo acima da **inflação**. A aposentadoria acompanhando a valorização do salário mínimo. E as demais questões estão na mesa." Tebet disse que o governo continuará atuando no combate às fraudes em políticas públicas, mas acrescentou que é preciso avançar em uma agenda mais estrutural.

"Política pública ineficiente não é justiça social. Política pública ineficiente é colocar dinheiro do povo, dinheiro público, em políticas que não chegam aos que mais precisam", avaliou.

Segundo ela, a política pública, tendo sua revisão autorizada, poderia abrir espaço fiscal de até R\$ 20 bilhões no Orçamento.

CONVERSA COM LULA. A ministra afirmou que a intenção da equipe econômica é levar uma agenda de revisão de gastos a Lula após o segundo turno das eleições municipais. Posteriormente, o governo discutiria o "máximo de medidas possível" no Congresso Nacional ainda neste ano.

"Nós temos de trabalhar com a política brasileira, nós temos de trabalhar com o diálogo com o Congresso Nacional. Então, a ideia é colocar o máximo possível de medidas ainda neste ano, dentro daquilo que a gente saiba que é possível votar, ou começar a discussão e terminar no primeiro semestre do ano que vem, para depois ter um segundo pacote de medidas estruturais." A ministra explicou que a equipe econômica já realizou um primeiro filtro nas medidas de gastos apresentadas pelos técnicos. "Agora, tanto o ministro Haddad quanto eu já autorizamos a equipe econômica a colocar os textos legais dentro das medidas aprovadas por nós."

"Vai haver sempre a valorização do salário mínimo. A aposentadoria acompanhando a valorização do salário mínimo. As demais questões estão na mesa"

Simone Tebet Ministra do Planejamento

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sinais ambíguos de Lula trazem prejuízo à economia (Editorial)

São ambíguos os sinais relativos à política econômica que emanam do Planalto. De um lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a falar, em entrevista à rádio O Povo/CBN, de Fortaleza, numa postura demagógica de elevar o patamar de isenção de Imposto de Renda até R\$ 5 mil mensais - nível que alcançaria a classe média e deixaria quase 70% dos possíveis contribuintes livres de imposto. De outro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que apresentará uma proposta para controle de gastos logo depois da eleição municipal e deu a entender que Lula está disposto a apoiá-la se levar à reconquista do grau de investimento para papéis da dívida brasileira.

A elevação da nota de crédito do Brasil pela agência Moody's teve efeito aparentemente positivo sobre Lula, que vislumbrou um caminho para reeditar uma das maiores conquistas de seus primeiros governos. Por isso, num momento em que o governo vem perdendo credibilidade diante do mercado financeiro e dos agentes econômicos em razão da percepção de descompromisso com o equilíbrio fiscal, é fundamental que ele desfaça qualquer sombra de ambiguidade nos sinais que transmite: deve apoiar de modo enfático os planos de controle de gastos apresentados por Haddad e esquecer o populismo sem base na realidade que cerca a revisão do Imposto de Renda.

Pelas informações disponíveis, o plano de Haddad deverá prever cortes nos super salários do funcionalismo - pagos acima do teto constitucional -, o fim da indexação ao salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - concedido a idosos de baixa renda ou a deficientes - e o aumento na idade de concessão, além de mudança de critérios de acesso ao abono salarial. Tais medidas evitariam o crescimento desproporcional dos gastos, sem prejudicar o rendimento dos mais necessitados, já que os benefícios seriam corrigidos pela **inflação**. Aliadas ao pente-fino noutros benefícios, como seguro-desemprego, seguro defeso e auxílio-doença, trariam um horizonte mais crível para o equilíbrio fiscal e contribuiriam para resgatar algo da credibilidade perdida.

Quanto à revisão do Imposto de Renda, é meritória a iniciativa de tornar a cobrança mais progressiva e mais justa.

Mas isso não deve ser feito isentando boa parte da

classe média e imaginando que o buraco aberto nas contas públicas - estimado em até R\$ 60 bilhões - poderá ser coberto com abstrações genéricas e populistas como "taxar milionários" ou os "especuladores".

Dezenas de distorções e isenções de eficácia duvidosa beneficiam grupos específicos. As renúncias tributárias no Orçamento de 2025 somam R\$ 544 bilhões, ou 4,4% do **PIB**. É fundamental revê-las para apresentar um plano consistente ao Congresso. Mas, com a **reforma tributária dos impostos** sobre consumo em curso, à espera de regulamentação ainda neste ano, a tentativa de criar de improviso mais uma isenção sobre a renda só contribuirá para semear confusão. Essa é uma discussão que precisa amadurecer com base em estudos e análises fundamentados, não no mero desejo de Lula.

O presidente faria bem se entendesse algo simples, que já está claro há muito tempo para sua própria equipe econômica: o mais crítico para o êxito de seu governo nessa área é um plano exequível de controle de gastos e ajuste fiscal, única medida capaz de resgatar a credibilidade do próprio Lula.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Emprego e renda põem à prova eficácia da política monetária



Leonardo Porto: "É inequívoco que subir juros continuará ocorrendo; a dívida é sobre a velocidade e o tamanho da alta"

Marsílea Gombata De São Paulo

A taxa de desemprego caiu no trimestre móvel terminado em agosto para 6,6%, menor patamar em mais de uma década, enquanto a abertura líquida de vagas com carteira assinada chegou em 232.513 em setembro. Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) indicam um mercado de trabalho bastante aquecido, mas economistas alertam esse dinamismo pode ser ainda maior, sugerindo que o aperto monetário retomado pelo Banco Central talvez seja insuficiente para controlar a **inflação**.

Isso porque, paralelamente à trajetória positiva do emprego, os rendimentos vêm crescendo a taxas ainda mais altas, especialmente quando se consideram horas trabalhadas, alerta o economista Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Os dados foram constatados em um levantamento sobre mercado de trabalho feito pelo economista para a última edição do Boletim Macro, de setembro.

Duque argumenta que essa alta se deve a uma tendência generalizada de redução da jornada média nos últimos anos, puxada especialmente pelo setor informal. No universo dos empregos sem carteira assinada, a renda por hora trabalhada cresceu 18,8% em termos reais desde o início de 2022, frente a

13,4% no setor formal. Em termos anuais, esses percentuais significam um crescimento médio de 7,1% e 5,8%, respectivamente.

Os serviços domésticos e de alojamento e alimentação no mercado informal foram as atividades com maior redução de jornada e, conseqüentemente, alta da renda. Enquanto serviços domésticos tiveram diminuição de 3,4% da jornada e alta de 7,9% da renda, os de alojamento e alimentação viram o tempo de trabalho cair 1,5% e a renda crescer 14,8%.

Serviços no setor formal como educação e saúde e administração pública tiveram crescimento da jornada média de 1% e 0,7%, respectivamente, e aumento da renda de quase 20% cada.

"Todos os sinais apontam para uma situação de bastante aperto do mercado trabalho. Primeiro, vemos os salários em si crescendo bastante. Além disso, as horas trabalhadas estão caindo. E caíram significativamente no último ano para algumas ocupações, o que mostra que o salário-hora está aumentando ainda mais", diz Duque. "O exercício que fiz mostra que o aumento da renda é maior quando consideramos que as pessoas têm trabalhado menos nos últimos dois anos."

Ele diz que a evidência de redução de jornada é mais forte no setor informal porque nele é mais fácil de se ajustar o número de horas trabalhadas. Além da redução da jornada, um outro elemento que explica em parte por que a hora ficou mais clara no mercado informal é a expansão de programas sociais, argumenta.

"Os trabalhadores agora precisam de um salário maior para aceitar um trabalho", diz Duque, ao se referir a um salário que supere o benefício recebido. "Os programas têm um peso, mas sem o mercado de trabalho aquecido isso não ocorreria. Os dois elementos, portanto, explicam o cenário atual."

Para Lucas Assis, economista e analista da Tendências Consultoria, o rendimento médio mensal real habitualmente recebido no trabalho principal mostrou alta significativa em muitas categorias no trimestre de junho a agosto, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Na indústria, o crescimento foi de 7,3%, ou mais R\$215, na construção, de 6,3%, ou mais R\$ 148. No comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, a alta foi 4%, ou acima de R\$ 103.

Em transporte, armazenagem e correio, o crescimento foi de 4,8%, ou mais R\$ 138, em administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais, houve alta de 4,6%, ou acima de R\$ 196. Outros serviços subiram 6,7% (mais de R\$ 156).

Na categoria com carteira de trabalho assinada houve crescimento de 3,4% (R\$ 99), enquanto na sem carteira, a alta foi de 8,4%, ou mais de R\$ 173. Empregados no setor público, incluindo servidor estatutário e militar, tiveram crescimento de 3,4%, mais do que R\$ 159, e os por conta própria, alta de 7%, acima de R\$ 171.

"Em termos conjunturais, em momentos de expansão da economia, há maior oferta de postos de trabalho relativamente melhores, ampliando o número de recém-contratados com aumento salarial, em decorrência da migração proveniente de postos de trabalho piores", diz Assis.

"O quadro atual, embora positivo para a demanda, intensifica desafios futuros, como a escassez de mão de obra e os riscos inflacionários. Não por coincidência, o aquecimento do mercado de trabalho é um dos fatores que justificam o recente ciclo de aperto monetário."

Os indicadores de superaquecimento do mercado de trabalho acendem um alerta em relação à **inflação** futura e ao ciclo da taxa básica de juros, afirma Leonardo Porto, economista-chefe do Citi Brasil. Para ele, os dados mais recentes são inequívocos na direção de mostrar não apenas que o mercado está muito aquecido, mas também a ausência de sinais de desaquecimento no curto prazo.

"O desemprego em agosto chega à mínima histórica, no número dessazonalizado, com salários nominais subindo 9,6%, o que significa uma alta real de 5%. Números do Caged de agosto mostram criação de vagas cima de 100 mil, o que significa patamar acima do necessário para estabilizar o desemprego, sugerindo, então, que essa taxa continuará caindo", diz.

Somam-se a isso, diz, pressões salariais como mais uma evidência de que talvez estejamos nos aproximando do limite da ociosidade do mercado de trabalho. Esse cenário, afirma, levou a autoridade monetária a iniciar a alta de juros em setembro, ciclo que deve continuar.

"É inequívoco que subir os juros continuará ocorrendo. A dúvida é sobre a velocidade e o tamanho dessa alta", diz.

Porto prevê que o ciclo de alta que começou em setembro seja de 150 pontos base e se estenda até janeiro, quando a Selic atingiria 12%. Na próxima reunião, em novembro, a alta esperada é de 50 pontos.

Esse cenário, diz, contempla apreciação do real, por causa da diferença da taxa básica de juros do Brasil e de países ricos, e queda das expectativas de **inflação** - cuja mediana subiu para 4,35%, frente à meta de 3%, segundo o Relatório de **Inflação** do Banco Central, divulgado no fim de setembro.

Não estão descartados, contudo, riscos que possam levar a um aperto da política monetária ainda maior.

"Até agora, a apreciação do câmbio foi muito tênue e ainda não houve queda na expectativa de **inflação**. Isso eleva a chance de o Banco Central ter de acelerar o ritmo de alta para 50 pontos na próxima reunião, o que faria o ciclo como um todo superar a nossa projeção de 150 pontos base", diz.

Porto, que espera uma taxa de juros de equilíbrio na casa de dois dígitos, prevê que o BC suba os juros até 12%, começando a cortá-los somente no quarto trimestre de 2025. A perspectiva é que a Selic permaneça em 10,50% no horizonte de longo prazo.

Para **inflação**, a projeção do Citi é de 4,4% de IPCA neste ano e de 3,8% no ano que vem.

"Os trabalhadores agora precisam de salário maior para aceitar um trabalho" Daniel Duque

Site:

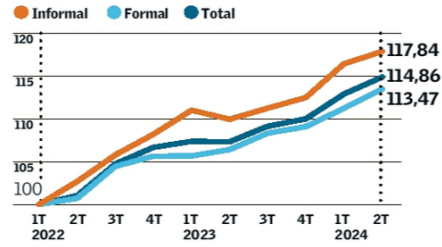
<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014?page=1§ion=1>

Mercado de trabalho ultra-aquecido

Diferenças entre mercados formal e informal

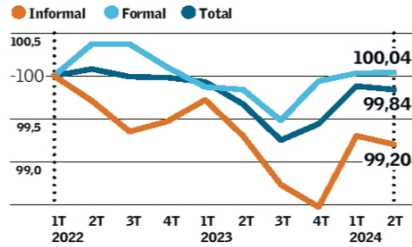
Renda habitual do trabalho

Varição (1º tri./22 = base 100)



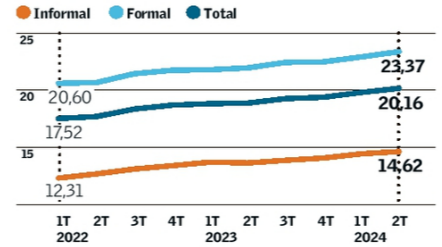
Horas habitualmente trabalhadas

Varição (1º tri./22 = base 100)



Varição da renda/hora trabalhada

Em R\$*



Fonte: Prad C. Elaboração: Daniel Duque (FGV bre). *R\$ a preços do segundo trimestre de 2024.

Segunda queda seguida do Monitor do PIB não preocupa, diz economista

Rafael Rosas Do Rio

A queda de 0,2% apresentada pelo Monitor do **PIB** em agosto na comparação com julho não chega a ser um resultado alarmante, embora represente o segundo recuo seguido. Isso por que essas duas baixas acontecem depois de oito avanços seguidos do indicador, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). A análise é da economista Juliana Trece, responsável pelo índice.

"Foi o segundo mês em queda, que não foi forte, perto de zero. Não é alarmante essa queda. O indicador está crescendo forte desde o ano passado e em julho, por exemplo, caiu porque cresceu muito em junho, com alta de 1,7%. Julho foi uma queda natural e em agosto aconteceu mais uma, mas não é alarmante", diz Trece, lembrando que em julho o índice caiu 0,3% depois de ter acumulado uma alta de 5% durante o período de oito avanços mensais seguidos.

Na comparação interanual a economia cresceu 3,4% em agosto e 4,1 % no trimestre móvel findo em agosto, de acordo com o FGV Ibre. A taxa acumulada em 12 meses até julho foi de 2,8%.

O resultado de agosto frente a julho mostrou alta em quase todos os quesitos do lado da demanda, com recuo apenas das exportações. O consumo das famílias subiu 0,9%; o consumo do governo cresceu 1,2%; a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) avançou 0,8%; e a importação teve alta de 2,6%. A única queda ocorreu na exportação, que retrocedeu 2,5% ante o mês anterior.

"Enxugou muito a exportação porque a agropecuária e a indústria extrativa não estão tão fortes", ressalta Trece, lembrando que em 2023 a exportação teve forte alta principalmente por causa do bom desempenho do setor agropecuário. "A nossa exportação depende muito do agro e da extrativa."

Neste ano, ela diz, a estrutura do crescimento está diferente. As importações, por exemplo, acontecem em todos os setores, inclusive naqueles destinados ao investimento, ajudando a "turbinar" a FBCF. "Quando olhamos o dado, vemos que a importação tem sido importante para o investimento."

Do lado da oferta, Trece mostra que apenas os serviços apresentaram queda na passagem de julho para agosto, com baixa de 0,6%. A indústria ficou estável, enquanto a agropecuária subiu 1,7%.

A economista ressalta que, apesar do zero a zero entre julho e agosto, a indústria trouxe dados que não deixam de ser positivos. A construção, por exemplo, subiu 1,1%, contribuindo para alavancar o investimento. Nas demais, quedas pequenas de 0,3% tanto na indústria de transformação quando na eletricidade e recuo mais forte, de 1,4%, na indústria extrativa.

"A indústria ficou parada, mas a construção continua forte. O número não é de todo ruim. Vamos aguardar próximos meses para ver se é preocupante, mas não parece", pondera Trece.

Ela lembra ainda o efeito sobre a taxa de investimento, que sobe, uma vez que o **PIB** tem pequeno recuo, mas os investimentos seguem em alta. A taxa chegou em agosto a 18,1% do **PIB**, acima da média de 17,9% registrada desde janeiro de 2000. A economista ressalta que a FBCF se beneficia ainda de uma base de comparação baixa, uma vez que em anos recentes houve "muita dificuldade" no investimento. Um exemplo está na própria média destacada pelo Monitor do **PIB**, que é de 17,9% se for considerado o começo do ano 2000, mas que cai para 16,4% quando considerado apenas o período a partir de janeiro de 2015.

Em termos monetários, o FGV Ibre estima que o **PIB** de 2024 acumulado até agosto, em valores correntes, tenha sido de R\$ 7,570 trilhões.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014?page=1§ion=1>

Pressão do exterior leva dólar ao maior nível em dois meses

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira e Victor Rezende De São Paulo (Colaboraram Eduardo Magossi, Maria Fernanda Salinet e Cristiana Euclides)

Durou pouco o bom humor dos mercados locais com as sinalizações fiscais mais positivas emitidas pelo governo. O exterior voltou a dominar os movimentos dos ativos domésticos e o aumento nas apostas em uma vitória do republicano Donald Trump na eleição presidencial dos Estados Unidos afetou em cheio os mercados emergentes. O tombo sofrido pelos preços do petróleo também teve peso na sessão, marcada pelo salto do dólar e dos juros futuros.

Ganhou força, nas bolsas de apostas, a chance de uma vitória republicana tanto na Casa Branca quanto no Congresso, o que configuraria uma "red wave" (onda vermelha, a cor do partido). O site de apostas Polymarket, que compila as opções que envolvem tanto o vencedor da disputa presidencial quanto a maioria na Câmara e no Senado, passou a indicar 40% de chance de "red wave", o que assustou os mercados emergentes.

No mercado local, o dólar subiu 1,33%, cotado a R\$ 5,6565, maior nível em dois meses, enquanto, nos juros futuros, a taxa do DI para janeiro de 2029 saltou de 12,635% para 12,77%, fechando na máxima do dia. A taxa abandonou a queda vista durante a manhã, quando os sinais do governo sobre uma contenção de gastos tiveram peso. O Ibovespa fechou com leve avanço de 0,03%, aos 131.043 pontos.

A sinalização do governo não bastou para dar suporte ao real e à queda dos juros futuros. A possibilidade de vitória de Trump passou a falar mais alto nos negócios e afetou, em especial, moedas da América Latina. No fim da tarde, o dólar subia 1,50% contra o peso mexicano; 0,83% frente ao peso colombiano; e 1,42% ante o peso chileno.

"Se Trump confirmar o que as bolsas de apostas estão indicando, o dólar tende a ficar mais forte em um primeiro momento", diz o chefe de investimentos (CIO) da EQI Asset, Ricardo Cará Monteiro. "A dinâmica da nossa moeda tem uma questão global muito grande. Dependemos do estrangeiro e de ele ver o dólar mais fraco no mundo para alocar recursos no Brasil." Ontem, Trump reafirmou em entrevista sua proposta de elevar radicalmente as tarifas sobre importações, o

que teria pressionado ainda mais as moedas de emergentes, que já eram penalizadas pelo tombo do petróleo no exterior, resultado da retirada de prêmios relacionados ao conflito no Oriente Médio e da perspectiva de demanda fraca.

Para o executivo da EQI Asset, as medidas tarifárias de Trump não necessariamente terão como foco principal o Brasil, mas o fato de afetar o México tem impacto nos ativos da América Latina como um todo. "Tais medidas não chegam a ter uma grande relevância para nós, mas, quando o México sofre, invariavelmente o Brasil sofre, porque estão no mesmo grupo de emergentes. São mercados com duas das piores moedas do ano. Se tivéssemos com a casa mais "arrumada", talvez não fôssemos tão afetados", diz Cará Monteiro.

Entre participantes do mercado, possíveis explicações para o aumento nas apostas em uma "red wave" estão tanto na escalada das tensões no Oriente Médio quanto nos efeitos do furacão Milton. Além disso, há quem observe que algumas pesquisas, mesmo que de menor qualidade, têm apontado para uma alta nas intenções de voto em Trump nos últimos dias.

"No final de setembro, estávamos com 50/50 de probabilidade. Hoje, o máximo que dá para dizer, considerando alguma evolução do Trump, é que ele tem 52% de chances de vencer. Isso com muita benevolência. Ou melhor, ainda não suficiente para que dê para se posicionar no mercado com muita confiança", diz o economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, em artigo publicado ontem.

O profissional, que tem se mostrado bastante atento às eleições presidenciais americanas, observa que a confiabilidade dos números das pesquisas continua a gerar debate entre os participantes do mercado, ao notar que elas não tiveram um bom desempenho nem em 2016 nem em 2020 para capturar as intenções de voto em Trump.

Neste momento, Chermont diz manter uma previsão de 50/50 em relação ao resultado da eleição presidencial nos EUA ou 52/48 a favor de Trump, diante da alta incerteza em relação ao cenário.

Na avaliação de Cará Monteiro, da EQI Asset, para que os ativos domésticos consigam surfar bem um

cenário externo mais turbulento, seria necessário um ambiente interno mais positivo. Ele nota que o real tem tido dificuldade de aproveitar as narrativas que o beneficiariam, como a perspectiva de aumento do diferencial de juros. "Isso porque carece de um gatilho fiscal. Em toda a minha experiência no mercado, sempre que a questão fiscal surgiu como uma preocupação, apareceu junto o temor de que a taxa de juros não fosse suficiente para segurar a inflação e para a ancorar a moeda", afirma.

Há no mercado quem já avenge a possibilidade de o Brasil enfrentar em breve um quadro de dominância fiscal - caracterizado pela diminuição ou anulação do efeito da política monetária por conta de um nível elevado da dívida pública. Para o economista-chefe da BB Asset Management, José Maurício Pimentel, não há evidência empírica de que o Brasil passa por um cenário do tipo, mas esse ambiente é factível caso as expectativas do mercado se deteriore.

"O que o mercado vem fazendo é colocando preços na curva de juros por uma perspectiva fiscal que se deteriora ao longo do tempo. Hoje, o mercado trata notícias boas do lado fiscal como neutras, notícias neutras como ruins e ruins como muito ruins", avalia Pimentel, que destaca o impacto negativo da percepção dos agentes sobre a curva de juros e a taxa de câmbio.

"Caso se continue nessa trajetória, começa a ficar, sim, possível que nós entremos no regime de dominância fiscal. Se isso acontecer, a política monetária perderá potência com relação à sua capacidade de ancorar as expectativas de inflação", diz.

12,77% foi a taxa do DI para janeiro de 2029, que fechou na máxima

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188014>